

ENTRE O PORTUGAL DA CONTRA-REFORMA E O PORTUGAL CONTEMPORÂNEO: FESTIVIDADES SAGRADAS COMO “PROFANAS” E ITINERÁRIOS TURÍSTICO-LITERÁRIOS

Isilda Leitão¹

RESUMO

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, viajantes estrangeiros, religiosos, nobres, intelectuais, visitaram Portugal, provindos quer de países católicos quer de países que tinham aderido a ideais erasmianos e reformistas.

Não só o património arquitectónico, artístico e paisagístico, mas também as procissões, os autos-de-fé, as romarias ou os santos populares, foram motivo das suas reflexões e, consoante as tendências ideológicas e políticas de cada observador, convertem-se em matéria para os seus relatos. Com eles, surgem testemunhos, mais ou menos abonatórios, de usos e costumes observados.

A presente investigação baseia-se na pesquisa documental. Pretende pôr em relevo alguns desses testemunhos, que poderão potenciar conteúdos para o desenvolvimento de itinerários turístico-literários, abrangendo diversas áreas geográficas de Portugal. Enriquecem-se, assim, através da Literatura, essas festividades. Actualmente algumas delas tornam-se cada vez mais patentes, seja como manifestações de uma religiosidade intrínseca, seja como forma de promoção de destinos turísticos, na sua vertente cultural, sagrada ou profana.

Palavras-chave: festividades religiosas como profanas, viajantes estrangeiros, Portugal da Contra-Reforma, Portugal Contemporâneo.

¹ Universidade Nova de Lisboa (IELT), Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE),
isilda.leitao@eshte.pt

**BETWEEN PORTUGAL OF THE COUNTER-REFORMATION AND
CONTEMPORARY PORTUGAL: SACRED AS “PROFANE”
FESTIVITIES AND TOURISTIC AND LITERARY ITINERARIES**

ABSTRACT

Throughout the 17th and 18th centuries, foreign travelers, religious, nobles, intellectuals, visited Portugal, coming either from Catholic countries or from countries that had joined the reformist ideals. Not only the architectural, artistic and landscape heritage, but also the processions, the religious festivals or the festivals of the Portuguese popular Saints, were reason of their reflections and, depending on the ideological and political tendencies, they let their testimonials of the customs observed.

This research is based on documentary research. It intends to highlight some of these testimonies, which could boost contents to the development of literary tourism itineraries, covering different geographical areas of Portugal.

Keywords: religious and profane festivities, foreign travelers, Portugal of the Counter-Reformation, Contemporary Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVII e XVIII, os relatos de viajantes estrangeiros no Portugal da Contra-Reforma davam conta de um sem número de informações sobre o país, que iam do Ensino, da Arquitectura, da Literatura, da História, das Artes (pintura, escultura, ourivesaria, joalheria, gravura, encadernação, alfaiataria, costura, sapataria), do Clima (ameno ou de frio, furacões e tremores de terra), da Geografia, da Hidrografia, das Estâncias Termais, da Geologia e da Botânica do território, à vida quotidiana dos portugueses.

Nesta última, incluíam o espaço onde os portugueses habitavam, o tipo de casas, de alojamento e restauração, o tipo de ruas e estradas, o policiamento ou não das cidades, a iluminação ou ausência dela. Teceram igualmente considerações, neste âmbito, sobre os grupos sociais, desde os monarcas e vida na corte, ao clero (padres, frades, freiras), à nobreza, aos militares, à burguesia (comerciantes e profissões liberais), aos pescadores ou aos camponeses. Não escapou, assim, a estes viajantes, o modo de vida da mulher e do homem portugueses, aproveitando para emitir opiniões sobre a sua aparência e educação, bem como sobre a dos seus “serviçais” (negros e brancos).

Não poupam críticas ante os presos, vadios e mendigos, crítica esta que é comum aos relatos dos viajantes estrangeiros na Península Ibérica de então. Tecem igualmente algumas mais ou menos elogiosas opiniões sobre “O Povo”, em geral, como é o caso das do forasteiro Carrère (1989: 87), quando este afirma, em 1796:

“O homem do povo trabalha, mas a retribuição não dá para mais que para comer. As soldadas são baixas relativamente à carestia dos alimentos de primeira necessidade, cujo custo se torna excessivamente caro por serem importados e pelos impostos que os sobrecarregam [...] Os dias de salário [...] não lhe são propícios [...] o fraco salário [do pai] tem de ser repartido com a mulher e os filhos, não lhe permite mais do que uma existência frágil [...] O pobre, deixado à caridade do rico, não encontra nele socorro, mas, ao contrário, aproveitando-se o rico da miséria do pobre, regateia-lhe o suor do seu trabalho, pagando-lhe na razão inversa das suas necessidades [...] Onde pára então a sábia providência do governo que abandona a parte mais numerosa do seu povo, aquela que mais faz aumentar a população, aquela que é o principal apoio do seu poder, aquela que constitui a força dos seus exércitos, aquela que fornece os braços à agricultura, à marinha, às artes e ofícios? Onde existe em Lisboa essa sábia providência que deve proteger o fraco contra o poderoso, o pobre contra o rico? A que deve impedir a uns de abusarem da sua opulência e a outros de morrerem esmagados sob o peso brutal da miséria?”

Dentro dos usos e costumes observados destacam-se, na vida quotidiana, apreciações sobre o vestuário, a gastronomia e regras de etiqueta, práticas sociais como o gosto por espectáculos (touradas, teatro) ou passeios ao ar livre. Em meados do século XVIII, para além das tabernas e dos salões da nobreza ou da burguesia, são igualmente referidos os cafés como locais de encontro e tertúlia. Fizeram ainda estes viajantes apreciações sobre as práticas e festividades religiosas, bem como sobre a forma como os portugueses as professavam.

Para além dos juízos pessoais, muitos destes viajantes trazem na sua bagagem intelectual imagens transmitidas por obras que haviam lido sobre Portugal, bem como imagens de narrativas orais feitas por viajantes, com quem haviam contactado, relatos a que costumam aludir, sempre que querem estabelecer analogias ou diferenças face ao observado. Por vezes, acontece que alguns viajantes de forma a aperfeiçoarem os seus testemunhos (que aparecem, na generalidade, sob a forma de Viagem, Diário, Memórias, Cartas, Notas), após a viagem consultam a bibliografia europeia que existia na época sobre Portugal. Como refere Link (2005: 4): “Quando regresssei, li todos os relatos de viagens em Portugal que consegui obter”. Deste modo, tentam imprimir um carácter mais “fidedigno” aos seus relatos, ao mesmo tempo que colmatam as fissuras da memória. Será nestes relatos que nos apoiaremos, no sentido de fornecer conteúdos para o desenvolvimento de itinerários turístico-literários.

2. METODOLOGIA

Após uma breve abordagem, relativa à importância do turismo literário e da importância da Literatura como criadora de espaços turísticos, prosseguiremos fazendo uma contextualização histórico-cultural, no sentido de encontrar um imaginário passível de compreender a época em que viveram os autores em estudo. Passaremos à apresentação das suas obras, e seguiremos com a exposição dos relatos sobre as festividades e costumes religiosos, celebrados na época. Terminaremos o nosso trabalho com algumas reflexões finais. Apoiámos a nossa investigação quer em pesquisa documental quer em trabalho de campo, observando essas festividades, como é o caso da procissão do Corpo de Deus. Nesta última, apesar da informação que se pode encontrar a nível da internet, importava observar como é que é actualmente vivida em Portugal.

A investigação qualitativa, nomeadamente a pesquisa documental, assente nos testemunhos recolhidos através do estudo de documentos, no caso e entre outros, de textos históricos e literários, puderam ser reexaminados com vista à descoberta de novos e complementares sentidos e interpretações. Em todo este processo, o recurso a processos indutivos de análise e descrição dos aspectos, factos ou fenómenos de uma dada situação ou realidade, a identificação de um dado problema, a recolha, organização e análise de dados, o cruzamento dos mesmos, assumem uma importância vital, já que nestas metodologias, como reconhece a generalidade dos autores (Bryman, 2004; Albarello e alt., 2005), o próprio investigador se constitui como instrumento fundamental da investigação.

3. A LITERATURA, POTENCIADORA DA CRIAÇÃO DE TURISMO LITERÁRIO, DE TURISMO CULTURAL

A propósito da importância da Literatura, como potenciadora de destinos culturais e turísticos, convém mais uma vez relembrar como os lugares de Turismo são devedores desta vertente cultural. A título de exemplo, quando não havia internet ou agências de viagens como mediadoras entre os espaços reais e/ou imaginados, temos o poema do escritor Hallier *Die Alpen*, publicado em 1732, ou o romance *La Nouvelle Heloise*, de Jean- Jacques Rousseau, que vão favorecer a *invenção* da montanha alpina, uma cordilheira considerada até ao momento um *locus horrendus* e que desde então continua a receber milhares de visitantes (Despret, 2004, cit Leitão, 2014).

Como referem Henriques e Dias (2016: 320): “Com a ascensão do turismo cultural tem vindo a ser reconhecida à literatura a capacidade de desempenhar um importante papel na configuração do turismo cultural-criativo e no sentido do ser turista, ao mesmo que se valorizam não só as relações com o texto, mas também as relações para além do texto”.

A Literatura, forma de património imaterial permite, de acordo com Herbert, ligar o real ao imaginário. O texto literário torna-se, assim, o mediador entre o espaço real e o ficcional. Deste modo, segundo Herbert (2001), o turista literário pode visitar um lugar por diferentes motivos, entre eles, estabelecendo uma relação com a obra do escritor, o que lhe vai permitir imaginar o espaço e o tempo em que decorre a acção, dando-lhes um significado especial. O turista pode igualmente procurar esse espaço e

essa acção, na expectativa de encontrar uma emoção ainda maior do que a relatada no texto.

Tentaremos, neste artigo, recriar o ambiente dos séculos XVII e XVIII, fornecendo ao imaginário do século XXI a inspiração necessária para que, através da analogia mas também da diferença, o turista literário, o turista cultural, o turista... possa percorrer o seu itinerário religioso e profano, cultural e literário.

4. PORTUGAL DA CONTRA-REFORMA

Em Portugal, a Inquisição foi instaurada por bula concedida pelo papa Paulo III, a pedido de D. João III (1521-1557), após os malogrados esforços de seu pai, o rei D. Manuel I (1495-1521). Constitui-se, sobre a sua tutela e moldes, num processo que se prolongou de 1531 a 1547, ano em que fica definitivamente estabelecida. O Tribunal do Santo Ofício foi extinto, em Portugal, pelo liberalismo de 1821. Os primeiros jesuítas chegaram a Portugal em 1540, no reinado de D. João III e, em 1553, inauguram a primeira casa professa dos Jesuítas, em S. Roque.

O *ouvir* foi sinónimo do espírito da Reforma, que desenvolve, a partir daí, os cânticos protestantes, a música barroca de cravo e órgão, o altar único e o púlpito, em igrejas despojadas de vitrais escuros, para que os fiéis pudessem ler a Bíblia e acompanhar a leitura dos textos sagrados. No caso da Contra- Reforma, não menos importante foi o ouvir. Mas, apesar do cantochão, da profunda tentativa de espiritualidade e interiorização do acto litúrgico, da contenção inicial das formas arquitectónicas maneiristas, os meios eclesiásticos voltar-se-ão para o esplendor, o espectacular, o maravilhoso, que traduzem o poder espiritual (que caminha lado a lado do temporal), reforçando o Olfacto (incensos e flores) e a Visão (imagens, cores, jogos de luz), apesar das directivas tridentinas.

Desta forma, o maneirismo inicial desliza para o Barroco e para o *Rocaille*. No caso português, a profusão de painéis de azulejos e a talha dourada, junto com as pinturas e o Verbo, a Oratória Barroca (com a sua vertente cultista e conceptista), que tem o seu expoente máximo no Padre jesuíta António Vieira, tornam-se o cenário ideal, no interior dos templos, para a *atractio benevolentia* dos fiéis. Na ausência do contacto directo com a tradução da Bíblia (ao contrário da prática luterana), que após Trento vai continuar a ser escrita em latim, o espírito Tridentino vai utilizar, entre outros recursos,

as Artes e a Oratória como ferramentas didáticas para instruir os fiéis sobre as verdades da fé e as histórias da Sagrada Escritura.

No caso das representações teatrais, sabemos como no período da Contra-Reforma os jesuítas, através do seu teatro didático e de censuras e proibições de várias ordens, foram substituindo as pomposas representações palacianas e o teatro de origem popular, seja o de portugueses, espanhóis ou italianos que chegavam a Portugal, pelas suas representações essencialmente visuais, já que os seus textos, escritos em latim, necessitavam de uma coreografia e de bailados com uma forte componente mímica, no sentido de ser entendida pelos espectadores a temática da representação. Esta centrava-se nas vidas e martírios dos santos, intercaladas de figuras e temas mitológicos. Apesar do modelo de representações teatrais ser o mesmo dos colégios jesuítas europeus, em Portugal e nas colónias as representações foram adaptadas à tradição teatral local. Os jesuítas incorporaram o exotismo (que florescia igualmente nas óperas e bailados das cortes europeias) das danças das ex-colónias (danças que não conseguiam fazer desaparecer), nas suas festas religiosas (Sasportes, Ribeiro, 1991). Este tipo de encenação passa das salas para a rua, dando ainda um maior dramatismo aos cortejos das procissões, marcados por danças e forte aparato coreográfico e alegórico.

A teatralização do quotidiano estende-se à vida da corte e às práticas sociais. Como recorda Rui Bebiano (1987: 43): “tanto a Igreja da Contra-Reforma como as monarquias absolutas, ambas largamente isoladas no dogma ou carentes de uma sólida base social de apoio, quiseram e souberam utilizar as novas concepções, elaborando uma *cultura de massas* orientada no seu interesse particular [...] e] contribuindo para a auto-conservação da ordem instituída. Esse objectivo *pedagógico* é obtido justamente devido ao carácter não elitista (ao nível do consumo) desta forma cultural [a cultura barroca] e à força de uma clara mensagem óptica exaltante e mobilizadora: o homem é influenciado no seu comportamento e nas suas crenças, actuando-se calculadamente sobre as características extra-rationais das suas forças afectivas. O barroco é assim uma cultura animada de um intenso espírito de propaganda, que ignora a arte pela arte e a busca intelectual das mais insondáveis essências”, mas que recorre, segundo o autor, à utilização simbólica, política ou religiosa, do espectáculo e da festa.

5. PRÁTICAS RELIGIOSAS COMO “PROFANAS” - MISSAS, QUARESMA, CORPUS CHRISTI E OUTRAS PROCISSÕES

Entre as práticas religiosas mais importantes (de acordo com o que o Concílio Tridentino havia consolidado), os nossos viajantes destacam as celebrações do Natal, do Pentecostes ou da Quinta-Feira da Ascensão, todas elas ainda solenizadas em Portugal. Não serão estas as manifestações e festividades religiosas a que nos iremos referir.

A missa será uma das práticas religiosas que estes forasteiros testemunham. Apesar da re-sacralização da missa, que sai das orientações de Trento, com a proibição, dentro do templo do Senhor, da excessiva utilização do uso de velas e incenso (mais típico de cerimónias pagãs), do barulho, da troca de olhares e falta de atenção dos crentes perante o acto litúrgico (que incluía por vezes a falta de seriedade do pároco, na celebração da missa), esta situação ainda se verifica no século XVIII.

As celebrações da Quaresma são igualmente referidas pelos nossos viajantes. Esta época, que decorre entre o Nascimento e a Paixão de Cristo, impregnada do espírito dionisíaco das antigas religiões da natureza, tal como Brueghel o Velho ilustrou na pintura *A Luta entre o Carnaval e a Quaresma* (1559), onde a ordem do mundo parece inverter-se, também vai ser regulada pelo espírito tridentino. Contudo, na Península Ibérica, estas orientações não têm grande eco. Textos do final do século XVI e ainda do século XVII referem-se ainda ao *Santo Entrudo* (Leitão e Leitão, 2017).

Contudo, ao invés do que ocorre actualmente em Portugal, em que, desde a “sexta-feira gorda” até ao “Enterro do Entrudo”, à “Quarta-Feira de Cinzas”, todos os dias são celebrados, segundo alguns relatos dos nossos viajantes a época carnavalesca parecia ocorrer a partir de “Quarta-feira de Cinzas”. De destacar que, nos dias de hoje, nalgumas autarquias, a terça-feira de Carnaval é feriado, constituindo estes dias uma fonte muito considerável de receita turística. Entre os desfiles mais famosos e mais antigos, em Portugal Continental, podemos referir o Carnaval de Torres Vedras (o mais tradicional do país) ou o de Loulé (Algarve), a que se juntam, entre outros, o de Mafra, Mealhada ou Ovar. No Portugal Insular destaca-se o Carnaval da Madeira. Como sabemos, esta tradição portuguesa “emigrou para o Brasil”, onde adquire a sua expressão mais famosa turisticamente na cidade do Rio de Janeiro.

Outras práticas, como as festas dos *Santos Populares* (que desenvolveremos no ponto 8) ou as procissões, como a de *Quarta-Feira de Cinzas* e a dos *Passos*, chamarão a atenção destes estrangeiros. Entre as procissões, os festejos relacionados com o *Corpus Christi* são referidos pelos viajantes como os mais famosos e concorridos.

Celebrada sessenta dias após a Páscoa (podendo o seu dia oscilar entre 21 de Maio e 24 de Junho), esta festividade expressa a convicção, reforçada em Trento, que o Corpo e o Sangue de Cristo se encontram, de facto, presentes na Eucaristia.

A festa do Corpo de Deus, ou do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo, é criada na Bélgica pelo bispo de Liège, em 1246, no seguimento das visões místicas de Santa Juliana de Liège, priora do Mosteiro do Monte Carmelo, em 1208. Esta celebração é instituída em 1264 pela “Bula Transiturus” do Papa Urbano IV, estendendo-se a toda a Igreja. A solenidade radica-se em Portugal, decorria o reinado de D. Dinis (1279-1325), embora fosse já celebrada, segundo Bebiano (1987), na quinta-feira após a oitava do Pentecostes, no reinado de seu pai, D. Afonso III (1248-1279). O rito da procissão foi instituído no pontificado do Papa João XXII (1314/16-1334) e manteve-se na Basílica dos Mártires, em Lisboa, durante séculos, sendo apenas a partir de 1389 que a festa incluiu a Procissão.

Após as lutas contra Castela, no reinado de D. Fernando (1367-1383) e no período do Interregno (1383-1385), estas últimas batalhas marcadas pelas vitórias do Condestável do reino, D. Nuno Álvares Pereira (considerado Beato até ao século XXI, em que foi santificado como São Nuno de Santa Maria), em Atoleiros, Aljubarrota e Valverde, Portugal pretende marcar a sua autonomia face a Castela. Nessa altura, dada a influência cultural britânica (atestada pelo apoio de soldados ingleses em Trancoso, Valverde e Aljubarrota; pela celebração do Tratado de Windsor, em 1386-1387; e pelo casamento de D. João I - 1385-1433 - com a inglesa D. Filipa de Lencastre, em 1387), o Estado resolve incorporar uma devoção inglesa, o culto de S. Jorge (o vencedor do dragão, logo, simbolicamente, de Castela), à procissão do Corpo de Deus, dando-lhe ainda mais fulgor. S. Jorge passa a ser considerado, desde então, Padroeiro de Portugal, sendo representado nas procissões.

O rito do *Corpus Christi* implicava a exposição do Santíssimo, a Procissão, as Vésperas solenes e o Sermão. A procissão veio a merecer o título da “Procissão das Procissões”, tendo sido acolhida pelas Câmaras Municipais e pelas Corporações de Artes e Ofícios de todo o país. Torna-se, deste modo, um evento religioso e social, visto que incluía, entre outros eventos, danças, coreografias ou representações das “estações” do Santíssimo, como ainda se realizam actualmente em Sevilha. Como referem Leitão e Leitão (2017: 124)

“Face à licenciosidade dos comportamentos carnavalescos, face aos excessos e desordens cometidos neste período, a igreja sempre encontrou formas, orações, procissões ou outros actos solenes de desagravo a Deus cometidos no Carnaval. Partindo mesmo – estilizando-os, ritualizando-os - desse tipo de actos que tão enraizados estavam no imaginário dos povos, como é o canto e a dança. Parece ter sido essa a origem dos *Seises*, dos cantos e danças sagradas que ainda hoje, na altura do *Corpus Christi*, da *Imaculada* e do Carnaval, dez meninos realizam na Catedral de Sevilha diante do Santíssimo. Talvez o último vestígio da dança sagrada da igreja”

Desde os finais da Idade Média até ao século XVIII que as Constituições dos Bispos e Arcebispos Portugueses, os Relatos dos Visitadores das Paróquias e mesmo algumas Ordenações certificam a tentativa de proibir, normalizar, regular e mesmo banir do interior das igrejas, as representações de características burlescas e licenciosas, como os jogos, o canto, a dança ou os autos. Tenta-se regular os Autos e Procissões, de forma a incorporar o profano no sagrado, embora algumas, como as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, ainda em 1697, referindo-se à procissão do Corpo de Cristo, atestem que “não he nossa tenção nesta Procissão proibir as danças, folias & invenções, com que se acompanhou sempre, & acompanha, a dita Procissão nesta nossa cidade”, acrescentando que estas não devem, porém, ser lascivas e indecentes (Anselmo, 1916: 153). Ou seja, apesar da dessacralização progressiva do lúdico, que testemunham, desde a Idade Média à Contra Reforma, na Península Ibérica, as Constituições dos Arcebispos, que condenaram nos Autos e Procissões, danças, folias e invenções, antes e após a Contra-Reforma, o clero compreendeu, de uma forma geral, este tipo de comportamentos.

Na Lisboa de 1493, por exemplo, incorporava-se no desfile “o rei David, diabos, reis, imperadores, príncipes, gigantes, feiticeiros, verdadeiro concílio de cómicos e truões [...] Em 1699, seguia ainda no cortejo «grande número de cerros, figuras de cavalo, invenções e danças»” (Bebiano: 1987: 127).

Se a partir do reinado de D. Manuel I (1495-1521), o *Corpus Christi* adquire invulgar fulgor, já em 1717, nos primeiros anos do seu reinado, “D. João V proibia toda e qualquer dança na procissão do Corpo de Deus, até aí bem caracterizada pelo seu aparato coreográfico” (Sasporte, Ribeiro, 1991:11). Verdadeiro veículo onde se exprimiam as mais diversas crenças e tradições, como afirma Bebiano (1987: 125-126),

“D. João V vai combater tal espécie de práticas, colocando as procissões mais conformemente à mentalidade barroca e às disposições pós-tridentinas, e ao serviço de uma sociedade rigorosamente hierarquizada e quietista. As disposições reguladoras do desfile do Corpo de Deus vão suceder-se [...] A [procissão] de 1719, combatendo decididamente os desvios de raiz

considerada pagã, e servindo de modelo para os anos que se lhe seguiram, constituiu uma das mais sumptuosas e brilhantes festividades [...] ao mesmo tempo funcionou como paradigma na identificação da unidade eclesiástica e monárquica, coincidindo no centro da cena (o pátio) a totalidade dos poderes, o divino, o eclesiástico, o régio.”

Do cortejo processional foram afastados ainda os negros, os chameleiros (os tocadores de charamela, que era um instrumento de sopro muito rudimentar, logo “plebeu”) os negros, os mouros, e as mulheres (Bebiano: 1987: 127).

Ainda no reinado de D. João V (1706-1750), em Lisboa, o cortejo incluía associações sócio- profissionais, militares e delegações das diversas Ordens Religiosas (Agostinhos, Beneditinos, Dominicanos, Franciscanos ou a Ordem de Cristo). A procissão realçava S. Jorge, a cavalo, a lutar conta o Dragão. No final da Procissão vinha o pátio, onde, entre altos dignitários, se deslocava o bispo de Lisboa, ostentando a custódia com o Santíssimo Sacramento, ladeado pelo Rei, ou Chefe de Estado, ou dignitário similar.

Durante a Iª República (1910-1926), que levou à Separação da Igreja do Estado, foram proibidos os dias dos santos da Igreja (excepto o Natal), carecendo ainda de autorização prévia a realização de romarias. Contudo, no interior dos templos, continuaram as celebrações, havendo casos onde a Procissão se manteve, como em Braga. No período da Ditadura (1926-1974), sobretudo nas décadas de 40 e 50 do século XX, a procissão do Corpo de Deus (como outras procissões e romarias, como a peregrinação a Fátima) vai assistir a um revivalismo, dada a característica corporativista e hierarquizada do próprio desfile processional, que acaba por reflectir a essência corporativa do sistema político então vigente, bem como o discurso do nacional-catolicismo, utilizado como instrumento político (Simpson, 2014). Voltam então, como forma de assinalar a festividade, o arranjo das ruas com flores e as janelas embelezadas com colchas.



Fonte: Autora

Após a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, a procissão continuou a realizar-se (<https://arquivos.rtp.pt>). Em 2016, pudemos verificar que apenas poucas janelas, por onde passava o cortejo, ostentavam algumas colchas. Dada a quase inexistência de janelas enfeitadas (algo que não ocorria ainda na procissão de 2005), talvez porque a área por onde passa o cortejo se vai despovoando cada vez mais de lisboetas para ser ocupada por turistas e respectivos alojamentos, conseguimos, no entanto, fotografar apenas algumas das varandas pertencente a uma loja situada na Praça da Figueira, a “Botilã”, que assinalava deste modo a presença de comerciantes nesta celebração religiosa. Na Procissão, que era acompanhada por milhares de crentes, vinha o Pálio, onde seguia o bispo de Lisboa, ostentando a custódia com o Santíssimo Sacramento, ladeado por dignitários similares.



Fonte: Autora

Encontravam-se igualmente presentes representantes das diversas freguesias de Lisboa, delegações de Ordens Religiosas (Franciscanos, Irmãs da Ordem de Madre Teresa de Calcutá), de Ordens Militares e Religiosas, entre elas os Cavaleiros de Malta ou os de Santiago da Espada, cavaleiros civis, militares (Marinha Portuguesa, Guarda Nacional Republicana), etc.

Em 2017, um folheto informativo, que se podia encontrar nalgumas igrejas da Baixa (e que remetia igualmente para o site do Patriarcado de Lisboa), resumizava, em português e inglês, a que se devia a celebração e indicava a sua data de realização, 15 de

Junho. Tal como no ano anterior, após uma missa matinal, na Sé Catedral de Lisboa, a que se seguiu, de tarde, a adoração do Santíssimo Sacramento, a procissão saiu da Sé e percorreu o itinerário que constava do folheto informativo (Rua da Madalena, Praça da Figueira...), voltando de novo ao Largo da Catedral.



Fonte: Autora

O *site* disponível a sobre a Procissão do Corpo de Deus, em Braga, antiga capital do reino Suevo cristianizado, informa-nos que “A primeira “manifestação pública foi proposta ao Católicos como uma forma de afirmarem publicamente a sua crença no Santíssimo Sacramento da Eucaristia [...]. É por isso uma procissão diferente das restantes: aqui não há quadros explicativos da história religiosa, apenas a expressão do Culto ao Santíssimo Sacramento, transportado pelo Arcebispo.” Esta procissão é, desde 1923, sempre acompanhada pela presença maciça do Corpo Nacional de Escutas. Em 2017, a Sé de Braga celebrou, a 15 de Junho, o “Corpo de Deus” com “Três Eucaristias”. A informação sobre a procissão e respectivo percurso encontrava-se no site da diocese (www.diocese-braga.pt/noticia/1/5357, consultado em 8/11/2017).

Outro dos grandes acontecimentos que marcam esta cidade é a Semana Santa, cuja celebração data provavelmente das determinações do Concílio de Niceia (313 d.C.). Braga terá sido uma das primeiras cidades a celebrá-la. Como diriam já no século XX duas viajantes inglesas, Ann Bridge e Susan Lowndes (2009: 266): “Durante a Semana Santa, Braga é cenário de grandes procissões religiosas nas ruas, seguindo as linhas das mais famosas procissões de Sevilha”. A mais solene e comovente é a Procissão do Enterro do Senhor, na noite de Sexta-Feira Santa. Na Páscoa acorrem a Braga “dezenas de milhares de pessoas” (www.tveuropa.pt/noticias/pascoa-encheu-braga-de-visitantes/, consultado em 8/11/2011), que trazem à cidade um grande impacto

económico. Em 2017, o *Correio do Minho* noticiava que (www.correiodominho.com/cronicas.php?id=6803, consultado em 8/11/2017):

“No caso da Semana Santa de Braga, este evento foi responsável por uma aceleração nos negócios na ordem dos 4 milhões de euros durante o período destas celebrações, o que representa um aumento do volume de negócios nos setores do comércio, turismo e serviços na ordem de 16% face a igual período do ano passado. O setor do turismo é aquele que, sem surpresas, registou um maior crescimento ultrapassando os 30% face ao período homólogo. Seguiram-se os setores do comércio e serviços com crescimentos na ordem de 12 e 14% respetivamente.”

6. OS VIAJANTES NO PORTUGAL DA CONTRA-REFORMA CATÓLICA

O *corpus* analisado compreende o relato do “Itinerário em Portugal”, realizado no século XVII pelo Padre francês François de Tour. Vindo de França e aportando em Cádiz, o Padre Franciscano faz uma sintética, mas pormenorizada narrativa, da sua viagem, que decorre entre o ano da graça de 1699 e 1700, reina D. Pedro II (1668-1706). Este *itinerário* compõe-se de descrições de algumas localidades do Alentejo, de Lisboa e arredores, do Centro e do Norte do País, neste último caso porque um dos seus imprevistos destinos de viagem virá a ser uma peregrinação a Santiago de Compostela. O Franciscano assiste, no dia 24 de Junho do mesmo ano, em Braga, à festa de S. João Baptista.

Na obra *O Portugal de D. João V, visto por Três Forasteiros*, composta por três narrativas, escritas por franceses entre 1720 e 1730, apenas nos vamos debruçar sobre a primeira, a “Descrição da Cidade de Lisboa” (1730), cuja autoria não é conhecida (Chaves, 1989: 12 e 16). No reinado de D. Maria I (1777-1816) e durante a regência e reinado de D. João VI (1816-1826), sopram os ventos da Revolução Francesa (1789). Vamos encontrar, assim, um conjunto de forasteiros de diferentes nacionalidades, origens, profissões e crenças religiosas, que irão permanecer, com estadas mais curtas ou um pouco mais duradouras, no Portugal de então.

Está neste caso Sir William Beckford, o erudito e controverso súbdito inglês, que ficou de Maio a Setembro de 1787 no nosso país (embora tivesse voltado posteriormente de 1793 a 1795 e de 1798 a 1799), vindo a redigir o seu *Diário* em Portugal (que inclui igualmente a sua permanência em Espanha). O arqueólogo, artista e arquitecto irlandês James Murphy percorreu uma parte do Norte (Porto), do Centro

(Coimbra, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Alcobaça, Lisboa, Sintra, Mafra) e do Sul (Setúbal, Beja, Évora) de Portugal, entre 1788 e 1790, e da sua visita ao País resultam as suas *Viagens a Portugal*.

O médico francês J. B.F. Carrère é um defensor da causa “realista”, que emigra temporariamente para Portugal, em 1796, fugindo ao *Terror* e, apesar do terror que tem igualmente pelo Intendente Pina Manique, para quem todo o francês era jacobino, brinda-nos com o seu crítico, mas pitoresco *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*.

Finalmente, o sueco Carl Israel Ruders esteve entre 1798 e 1802 em Portugal, desempenhando as funções de sacerdote protestante da Legação Sueca. Escreve a *Viagem em Portugal, 1798-1802* (obra composta por um conjunto de cartas) embora muitas zonas como o interior e a costa atlântica do país não tivessem sido visitadas por ele. A imagem que dá de Portugal, embora crítica, não deixa de demonstrar a simpatia que vai sentindo pela terra e gentes portuguesas, à medida que as vai conhecendo. Todas as obras destes forasteiros foram publicadas nos seus países ou traduzidas para outras línguas.

7. OS RELATOS DOS VIAJANTES: MISSAS, QUARESMA, SEMANA SANTA, CORPUS CHRISTI E OUTRAS PROCISSÕES

Testemunhas destas festividades, os viajantes registam, nos seus relatos, as experiências vividas. No *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, afirma Carrère (1989: 125-126), a propósito das missas e do comportamento impróprio que nelas se revelava:

“Logo que cheguei a Lisboa dei com os olhos num reposteiro vermelho corrido na porta de um grande edifício [...] dou comigo numa igreja [...] O cheiro a incenso invade-me o olfacto; uma música estridente [...] enche-me os ouvidos; duzentas velas acesas no altar mor [...] ardem até ao cimo [...] Encontro-me numa grande multidão de indivíduos [...] de joelhos, parecem implorar o Ser Supremo [...] O ruído animado de muitas vozes que se cruzam dá-me volta à cabeça. Reparo que se sustenta conversas, se faz sinalefas e gestos, se ouve gargalhadas. Observo que as pessoas dos dois sexos se entreolham, sorriem, fazem sinais combinados, dizem coisas ao ouvido, apertam-se as mãos e trocam bilhetinhos de amor. Reparo ainda em mulheres [...] falando muito e em voz alta. Atento nos homens, na gente moça [...] volta as costas ao altar onde se celebra o sacrifício da missa. Sinto-me tão escandalizado quanto esclarecido.”

A religiosidade portuguesa, ou a sua “aparência”, avulta aos olhos destes estrangeiros. Como refere James Murphy (1998: 26), aquando da sua chegada ao Porto, em 1788:

“A primeira coisa que atrai a atenção dos estrangeiros, à sua chegada aqui, é a aparência devota dos habitantes. A religião parece constituir a sua única preocupação [...] O repicar dos sinos, as frequentes procissões e as orações dos frades prolongam-se por todo o dia, enquanto à noite por toda a parte ressoam os cânticos religiosos.”

Compreenderemos, através das palavras de Rebelo da Costa, em 1789, na sua *Descrição topográfica e Histórica da Cidade do Porto...* a razão desta devoção na cidade nortenha. Esta detinha privilégios concedidos pelo próprio papado a muitas das igrejas da cidade. Por outro lado, entendemos como estavam organizados eventos religiosos, como a procissão de Corpo de Deus ou da Virgem Maria. Para melhor podermos imaginar a época e esses locais e edifícios religiosos, muitos deles ainda existentes, ouçamos o autor (Rebelo de Andrade, cit. por Chaves, 1998: 277-278, nota 5):

“Na Religião são constantes [os portuenses], e os mais isentos de tudo quanto pode conduzir à superstição e ao fanatismo... Nenhum gasto há que se evite em tudo o que é necessário para o culto e serviço do *Excelso* nos seus templos. As funções eclesiásticas, principalmente as do Corpo de Deus e de Maria Santíssima fazem-se com uma magnificência e pompa quase divina. Causa uma bem terna e espiritual consolação ver o contentamento e fervor com que os mordomos e oficiais daquelas e outras festividades despendem grande parte do seu cabedal para que os templos sejam ricamente ornados de subidos damascos agaloados de ouro finíssimo e servidos de muitos e grandes castiçais de prata curiosamente lavrada, de tocheiros, banquetas, lâmpadas e outras peças do mesmo metal. A melhor e mais custosa música e assim mesmo os mais sábios e eloquentes oradores evangélicos são escolhidos para o desempenho dos assuntos misteriosos, a que se dirigem estes cultos. Enfim, eles obtiveram dos Papas Benedito XIV, Clemente XIV e Pio VI um Lausperene permanente com indulgência plenária em todos os dias do ano. Este Lausperene reparte-se pelas igrejas seguintes: na Capela dos Terceiros do Carmo em todos os domingos; na Igreja das Almas em todas as segundas-feiras; na Igreja de St. Ildfonso em todas as terças; na Capela dos Terceiros de S. Francisco em todas as quartas; na Igreja Paroquial de S. Pedro de Miragaia em todas as quintas; na Igreja dos Domínicos em todas as sextas; na Igreja dos Clérigos em todos os sábados”

Sobre as procissões no período da Quaresma e da sua licenciosidade, em 1796 Carrère (1989: 49) atesta, irónica e hiperbolicamente, que:

“Também nesta cidade [Lisboa] não é no Carnaval que se dança, mas sim na Quaresma. É então que se tira a desforra; é esta quadra, destinada pela Igreja à abstinência e à penitência, que o português, que pretende ser o povo mais devoto da Europa, elege para dançar. As procissões que então se realizam semanalmente constituem oportunidade para bailes frequentes. O português priva-se então de comer carne, mas não se coíbe de dançar.”

Acrescenta ainda, sobre este período que (1989: 51-52):

“As procissões constituem uma das mais importantes distrações dos portugueses. É com entusiasmo que falam delas, e para as verem acorrem em massa, embora sejam pouco imponentes e pouco frequentes. [...] Na Quaresma realizam-se oito procissões, uma em Quarta-Feira de Cinzas, seguidas de outras todas as sextas-feiras. A da Quarta-Feira de Cinzas é a mais concorrida, decerto por ser a primeira [...] Participam nela homens de todas as classes, envergando compridas opas brancas, vermelhas, cinzentas, roxas e azuis, com murças das mesmas cores, empunhando bordões em forma de círios [...] As imagens de diversos santos, variadamente vestidas, representam alguns passos das suas vidas e são conduzidos em andores. A espaços, figuram no préstito grupos de músicos vocais e instrumentais [...] Os frades fecham estas procissões, dando a impressão de se ocuparem menos do acto religioso a que presidem do que do prazer de serem vistos [...] as procissões são actos religiosos sem orações [...] A mais famosa procissão é a dos Passos, que sai da Igreja dos Agostinhos de Nossa Senhora da Graça [...] O que a distingue das outras é só haver nela um andor, na qual se leva [...] uma grande imagem de Cristo, com a cruz às costas. Esta imagem é tida como miraculosa e inspira aos portugueses uma grande devoção, sendo-lhe atribuídos muitos milagres [...] Quando se assiste à passagem desta procissão, ouve-se ao longe gritos confusos e prolongados [...] Partem estes gritos de uma numerosa multidão de povo [...] Vão ali cerca de quatro a cinco mil almas, a maior parte das quais é de negros, mulatos, pretas e mulatas.”

Carl Ruders (1981: 42-43), em Março de 1799, sobre o período da Quaresma e de algumas procissões que se realizam neste período esclarece que:

“Na noite de terça-feira gorda, às 12 horas em ponto, dá começo a Quaresma, que dura até à meia-noite da véspera da Páscoa.” [...] “Durante a Quaresma, em todas as sextas-feiras e mesmo em outros dias, tem a gente ensejo de ver as celebradas procissões religiosas [...] Imagens mal feitas e em grande quantidade, todas de tamanho natural, figurando cenas da Paixão, ou representando santos, uns em atitude de oração, outros de bênção, percorrem as ruas levadas em andores, aos ombros de pessoas descalças e mascaradas. [...] Muitos padres e frades, uma multidão de pessoas com opas vermelhas ou violetas, empunhando tochas, e crianças vestidas de anjos com muito mau gosto, caminham lentamente, em divisões separadas, entre cada andor [...] À frente, grandes bandeiras, roxas ou cor de púrpura, com as letras J.H.S. cruces e outros emblemas pintados ou bordados. Vão também muitos penitentes mascarados, com os pés nus e a arrastar ruidosas correntes. Raros, porém, são verdadeiros devotos, mas indivíduos contratados por dinheiro para fazerem a vez dos penitentes ricos. A sagrada hóstia é conduzida debaixo de um pálio e cercada de padres com casulos. Fecham a procissão tropas de infantaria e cavalaria, de cabeça descoberta e barretina na mão [...] Atrás das tropas, segue uma multidão de povo, na sua maior parte mulheres [...] Entre as imagens que figuram no préstito há uma que representa o Salvador vergado ao peso de uma cruz”

Já em Março de 1802, na altura em que irá embarcar para o seu país, Ruders (1981: 265) afirmará ainda, sobre este período religioso: “O tempo da Quaresma decorre agora sem nenhuma espécie de divertimentos a menos que se não queira incluir nesta categoria as procissões públicas, que se celebram em nome dos santos.”

Em Coimbra, após ter assistido a um auto-de-fé, o Padre François de Tour lamenta não poder assistir, em 1699, ao “Corpo de Deus”, pois tinha “ouvido dizer que havia muitos ranchos de bailadores e mascarados para dançar diante do Santíssimo

Sacramento”, e ele teria gostado “de assistir a cerimónias desta espécie mais gentílicas e pagãs que cristãs”. Quando chega ao Porto, alimenta a esperança que no “domingo do Corpo de Deus iria ver os dançarinos”. No entanto, enganar-se-á, pois só verá “um que dançava diante do Santíssimo Sacramento, com uma máscara medonha e tocando guitarra.” Acrescenta ainda que “As ruas estavam riquissimamente enfeitadas com tapeçaria e era grande o número de pessoa que com grandes Círios acompanhavam o Santíssimo” (Tour, 1989: 72-74).

O Corpo de Deus, após as reformas introduzidas no tempo de D. João V, é também uma das celebrações religiosas testemunhadas por William Beckford, em Lisboa, a 7 de Junho de 1787. Sobre esta comemoração, assevera que (1988: 53-54):

“Mal pude dormir por causa do repicar dos sinos, o rufar dos tambores e o toque dos clarins que principiaram logo de madrugada, em honra do pomposo festival do Corpo de Deus [...] haviam-me contado tais maravilhas da procissão em honra deste glorioso dia que não resisti ao incómodo de sair para ver com os meus próprios olhos. [...] Já ouvia o murmúrio das vozes da multidão apinhada em torno da Patriarcal antes de lá chegar. Avançámos com grande dificuldade entre filas dos soldados [...] junto à Patriarcal descobrimos casas, lojas e palácios, tudo transformado em pavilhões e armados de alto a baixo de damasco vermelho, de tapetes de variadas cores, de colchas de cetim e de cobertas de cama franjadas de ouro. Julguei-me num acampamento do grão-mongol. A frontaria da grande igreja apresentava-se magnificamente engalanada. O vasto lanço de escadas estava guarnecido pelos arceiros da Guarda Real, com os seus uniformes de veludo multicolor e uma infinidade de clérigos de cruz alçada e estandartes em punho, formando uma das mais teatrais perspectivas que eu ainda contemplei. Bandos de frades macilentos, de hábitos brancos, pardos e negros, perpassavam, continuamente, como se fossem perus a caminho do mercado. Esta parte da procissão era muito enfadonha. [...] deixei a varanda [...] e penetrei na igreja, onde se rezava missa pontifical. Nuvens de incenso erguiam-se no espaço e milhares de pessoas viam-se ajoelhadas. Luz de inúmeras velas fazia cintilar os diamantes e os rubis do ostentório que o patriarca levava nas suas trémulas e devotas mãos para receber a misteriosa hóstia. Antes da cerimónia acabar voltei para a minha janela a fim de obter uma vista geral do Sacramento. Tudo era silêncio entre o povo. Os guardas tinham formado aos dois lados da escadaria, em frente da porta do templo. Por fim, uma chuva de plantas aromáticas e de flores anunciou a aproximação do patriarca com a hóstia sagrada debaixo de um pátio real, circundado pela nobreza e precedido de um vasto cortejo de santas figuras mitradas, as mãos juntas em oração, as vestes escarlates varrendo o solo, e os seus caudatários empunhando crucifixos, relicários de prata e outras insígnias da majestade pontifical. Vagarosamente a procissão desceu o lanço de escadas, ao som de cânticos corais e de longínquas salvas de artilharia, perdendo-se numa tortuosa rua decorada com esplêndidas colgaduras, deixando-me aturdido e os olhos deslumbrados como os de um santo que acabasse de ser visitado por uma visão de celestial esplendor. A cabeça voava-me numa vertigem e os ouvidos ressoavam-me numa vibração de sons – sinos, vozes e o eco das salvas dos canhões repercutindo pelos montes e trazido pelas águas.”

Também Carrère (1989: 54-54) refere, em 1796, a procissão do Corpo de Deus, talvez nos mais elogiosos termos que dedicou à capital do reino:

“Mas a procissão mais famosa e a mais concorrida é a que se realiza no Dia do Corpo de Deus. É a mais extensa e a sua passagem dura duas horas [...] Procedem-na doze cavalos empenachados, levados à mão, seguidos da imagem de S. Jorge, armado dos pés à cabeça [...] O santo vai a cavalo [...] Esta imagem vai coberta de riquíssimos diamantes que pertencem ao duque de Cadaval [...] estes diamantes estão obrigatoriamente destinados a ornar a imagem de S. Jorge no dia do Corpo de Deus. Uma quantidade inumerável de irmãos do Santíssimo Sacramento de todas as paróquias abre a procissão e leva muito tempo a passar; envergam opas de lã vermelha, espécie de capote sem mangas, que desce até ao meio das pernas [...] Seguem-se todas as confrarias, o que também leva muito tempo [...] Vem logo imediatamente o clero secular de todas as igrejas de Lisboa. Os cavaleiros das três ordens militares de Portugal, revestidos dos seus mantos, marcham após o clero [...] precedendo o Santíssimo Sacramento, que é levado debaixo do púlpito e acompanhado pelo rei e por uma parte da corte [...] Este príncipe [D. João VI] sem guardas ou qualquer sinal distintivo, vestindo, como todos os outros, a capa de uma das ordens, fica assim confundido e até esmagado na multidão que o cerca [...] Esta procissão realiza-se pela manhã e percorre a praça do Rossio e as duas mais belas ruas de Lisboa – a Rua Augusta e a Rua do Ouro. Tanto aquela praça como estas ruas estão cobertas de areia e as tropas em armas formam alas. Todas as sacadas e janelas, até a dos quartos e quintos andares, estão enfeitadas uniformemente com colchas de damasco vermelho e largas sanefas do mesmo tecido [...] O conjunto constitui um soberbo espectáculo, impressionante logo ao primeiro relance, sendo sempre agradável, dando a observação dos seus pormenores verdadeiro prazer [...] É o que se pode ver de mais belo em Lisboa e talvez seja a única coisa que mereça o interesse de qualquer estrangeiro.”

Carl Ruders (1981: 50-52), que esteve em Portugal durante quatro anos, testemunhou, entre outros eventos religiosos, a Procissão do Corpo de Deus mais do que uma vez, pois refere-a nalgumas das suas cartas em anos diferentes. Em 1799, descreve a sua magnificência nos seguintes termos:

“Na cristandade católica celebra-se anualmente, como é de todos sabido, uma solenidade que os franceses chamam *Fête de Dieu* e os portugueses Festa do Corpo de Deus [...] Esta celebração não se realiza em todas as terras no mesmo dia. Em Lisboa, é sempre na primeira quinta-feira depois do Domingo da Santíssima Trindade, que este ano caiu no dia 23 de Maio [...] As janelas, varandas e trapeiras das casas situadas na Rua Augusta e na Rua do Ouro, são ornamentadas com esplêndidas colchas de veludo carmesim ou de damasco, ricamente bordados a ouro, agaloadas e franjadas [...] Na véspera, suspendeu-se em arcos [...] grandes lanternas que ardem toda a noite dando a luz mais brilhante. As ruas nessa noite estão literalmente cheias de gente. No dia seguinte pela manhã, às 7 horas, põem-se em marcha os regimentos da guarnição com os seus uniformes de grande gala. Cada regimento tem as suas próprias marchas, sempre muito bem tocadas. Os músicos [...] formam alas desde a igreja de S. Domingos ao Rossio estendendo-se pela Rua Augusta e voltando pela Rua do Ouro à praça em frente à referida igreja [...] As janelas e varandas das casas situadas nesses pontos aparecem atulhadas de senhoras, que num tal dia se apresentam coruscantes de jóias e preciosas arrecadas [...] A procissão começa às 10 horas da manhã e dura 3 horas. Daqui se pode inferir a quantidade de gente que toma parte nela [...] Todos levam na mão velas de cera, longas de 5 pés, e os burgueses da capital usam, nesta espécie de solenidades, capas encarnadas de seda ou paninho [...] Todas as ordens religiosas de Lisboa [se] incorporam com os seus respectivos hábitos [...] Sobre um lindo cavalo ostenta-se a imagem de S. Jorge, de tamanho natural [...] Acompanha também a procissão um grande número de funcionários, de oficiais superiores, de cavaleiros e a

corde [...] O príncipe do Brasil, que está fazendo as vezes de rei, com os mais ilustres senhores do reino vai a pegar no pátio, debaixo do qual é conduzida a sagrada hóstia. Quando o pátio se aproxima, as tropas, que formam alas, descobrem-se à voz do comando, todos a um tempo. Em seguida ajoelham-se, voltando a bocas das espingardas para o lado esquerdo com as baionetas inclinadas para o chão. Os músicos ajoelham-se também e tocam. Todos os espectadores se prostram igualmente e por diversas vezes salva a artilharia do Castelo. Depois das 2 horas, a família real e a corte retiram-se para Queluz nas suas carruagens de gala, em seguida as tropas concentram-se no Rossio, depois dispersam e imediatamente começam a levantar-se as ornamentações das casas. Há quem pretenda que a festa do Corpo de Deus, em Lisboa, é a mais brilhante deste género em toda a Igreja Católica.”

Em Junho de 1801, Ruders (1981: 197-198) descreve-a no seguinte modo:

“No dia 4 deste mês, celebrou-se, em Lisboa, a festividade do Corpo de Deus. Como a capital neste verão está sem guarnição, foram os Cavaleiros de Malta que formaram alas para a passagem da procissão [...] A procissão percorreu apenas os quatro lados do Rossio, mas apesar da grandeza da praça, já os primeiros haviam recolhido há mais de uma hora e ainda os últimos não tinham saído da igreja [...] A multidão dos espectadores era grande, na verdade, mas não tão numerosa como nos anos anteriores.” Ruders explica que Portugal, naquele momento, estava de “luto pesado”, pois havia morrido “de bexigas”, em Queluz, o “príncipe da Beira, filho mais velho do Regente”.

8. OS RELATOS DOS VIAJANTES: FESTAS DOS SANTOS POPULARES – SANTO ANTÓNIO, SÃO JOÃO, SÃO PEDRO

Dentro das festividades religioso-profanas destacam-se, ao olhar dos nossos viajantes, as festas de Santo António, São João e São Pedro. Sabemos como o espírito tridentino fez a apologia de uma hagiografia mística, ascética, entregue a penitências, desprezando o *aqui* terreno de riquezas e bens materiais, em detrimento do *ali* celestial. Escolheu para novos santos da nova Igreja, na via mística e intelectual, reformadores como os Carmelitas Descalços, Santa Teresa d`Ávila (1515-1582) e São João da Cruz (1542- 1591), embora tivesse igualmente destacado os fundadores da Companhia de Jesus, que exerceram uma caridade ou uma missão activa, como o basco Santo Inácio de Loyola (1491- 1556) ou o Apóstolo das Índias, S. Francisco Xavier (1506- 1552).

Neste contexto, é natural que santos associados a festas, com uma forte componente sacro-profana, sejam incorporados e enquadrados na Igreja tridentina. Tal acontece com as festas celebradas no mês de Junho, mês que a Igreja portuguesa dedicou aos Santos Populares, Santo António (13 de Junho), São João (24 de Junho) e São Pedro (29 de Junho).

A festa de S. João, relacionada com o solstício de Verão no hemisfério norte, é a mais importante na Península Ibérica. Este ritual tem origem numa época pré-cristã (já era celebrado em civilizações como a celta, a egípcia ou a grega), tendo sido incorporado ao calendário religioso medieval, dadas as malogradas tentativas de anular esta festividade ancestral². Actualmente, em Portugal, o S. João continua a ser um dos Santos mais comemorado em todas as regiões, sobretudo pela sua relação com as populações das zonas rurais, realizando-se as festas mais importantes em sua honra no Porto e em Braga (Oliveira, 1984). No caso do Porto, cujo Centro Histórico foi declarado Património Cultural da UNESCO em 1996, “a Associação de Turismo do Porto e Norte” anunciou que:

“A taxa de ocupação nos hotéis de quatro e cinco estrelas no Porto supera os 90% nas festas de São João, cujo auge é entre 23 e 25 de Junho” (www.rtp.pt/noticias/cultura/ocupacao-de-hotéis-de-luxo-do-Porto-supera-os-90-para-as-festas-de-São-João, consultado em 8-11-2017).

Para além das típicas fogueiras, dos arraiais e do fogo-de-artifício, lançado pela população para assinalar estas festas, na de Santo António de Lisboa (conhecido igualmente como de Pádua, visto que realizou os seus milagres em Itália) adquire actualmente especial relevância nesta cidade quer a celebração dos Casamentos de Santo António, relacionada com uma das qualidades que lhe atribuem, o de ser casamenteiro, quer a das Marchas Populares, que percorrem a Avenida da Liberdade. Ambas os festejos foram iniciados durante o período da Ditadura. A celebração dos Casamentos deve-se à iniciativa do periódico *Diário Popular*, em 1958, tendo sido interrompida durante o período da IIª República (1974). Em 1997, a autarquia de Lisboa retoma esta tradição. Para esta iniciativa são escolhidos casais normalmente sem grandes possibilidades financeiras. Os casamentos realizam-se na Sé Catedral de Lisboa.

O culto antoniano e o seu templo, em Lisboa - mandado edificar por D. João II (século XV), destruído em 1755, e novamente mandado edificar após o terramoto,

² O profeta S. João Baptista, ao baptizar os hebreus no rio Jordão, utilizando a água, mas anunciando o fogo também (Mateus 3, versículo 11) afirma: “E eu, na verdade, vos baptizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem após mim [...] vos baptizará com o Espírito Santo e com o fogo”) deu o mote para que as típicas fogueiras de Junho e do solstício se tornassem nas purificadoras fogueiras eclesíásticas da Inquisição. A celebração portuguesa desta festa vai emigrar para o Brasil, que comemora ali o solstício de inverno no hemisfério sul, época igualmente já celebrada pelos índios brasileiros. Aos dias destes Santos está normalmente associada um tipo de gastronomia (salgados ou doces) específica, em Portugal e no Brasil.

apesar de diferente do inicial - são referidos por diversos autores. Entre os que o referem antes do terramoto, encontra-se o padre François de Tour (1989: 61 e 68), que descreve a “bela Capela de Santo António a que chamam de Pádua, mas que é de Lisboa, tendo nascido na capela de que estou a falar e na qual, diariamente, se rezam muitas missas”. Refere ainda o Santo, franciscano como ele, aquando da sua estada em Coimbra, afirmando (Tour, 1989: 68) “Que existe ali um convento de cônegos regrantes que se chama Santa Cruz. Foi ali que Santo António de Pádua esteve em religião antes de tomar o hábito de S. Francisco”.

Na *Descrição da Cidade de Lisboa*, o autor anónimo (1989: 41), embora se equivoque no nome do templo, refere que “A Igreja de Santo António de Pádua, patrono de Lisboa, de onde era natural, está na vizinhança da Sé. É uma igreja muito bonita e muito rica, construída no local da casa que o santo habitou.” O autor referia-se à antiga igreja, que o terramoto veio a destruir, embora a actual se localize no lugar onde Santo António terá nascido.

William Beckford dá notícia da festa antoniana, a 9, 12 e 13 de Junho de 1787. Percebemos, ao longo do seu Diário, que este homem provindo de um país anglicano, para além das missas e cerimónias religiosas a que assiste, em Portugal, é um devoto simpatizante do padroeiro de Lisboa, pelas alusões dispersas que sobre ele transparecem do seu relato. Na véspera do dia do “bem-aventurado Santo António”, apresenta as características que, ao longo do tempo, acompanharam e acompanham as festividades em honra do *patrono* de Lisboa (Beckford, 1988: 58):

“Há um rebentar de bombas, um crepitar de fogueiras, e um soar de trompas em honra do dia de amanhã, aniversário daquela abençoada jornada em que o meu santo favorito, graças a um arrebatador e suave trânsito, passou a gozar das delícias do Paraíso celestial. Por toda a parte, em todas as casas ao longo da costa de Belém, havia hoje a imagem de Santo António, ornada de flores e de pavios de cera”.

Por outro lado, Beckford (1988: 58) descreve a Igreja de Santo António, na forma como se mantém, após o terramoto:

“Dispersaram-se as nuvens cerca das oito horas da manhã e às nove [...] quando eu subia os degraus da nova igreja edificada no local onde nasceu Santo António, rompia o sol em todo o seu esplendor. Não posso dizer que este edifício me recorde o majestoso santuário de Pádua [...] A igreja assenta em duas ordens de colunas de pedra primorosamente lavradas, embora de péssimas proporções. Sobre o altar-mor, em que se ergue a imagem de Santo António no meio de uma brilhante iluminação, está armado um dossel de veludo lavrado. Este panejamento,

ricamente franjado, coberto de lantejoulas, indica o local outrora ocupado pelo quarto do Santo, e de uma série de altas fresta cuja obra de talhar rebrilha como ouro brunido recebe uma luz alambreada.”

Deste modo, no dia 13 de Junho, assiste à missa no novo templo: “Depois de muita música medíocre, tanto vocal como instrumental”, agrada-lhe a homilia proferida por frei João Jacinto, que prega as virtudes do Santo. O frade mencionava que António, “em vez de se retirar para uma tranquila cela”, “arremessava [-se] ao mundo, desamparado, desprotegido, erguendo alto o pendão da Cruz, entre riscos e tumultos aplacando guerras [...] em socorro da miséria das viúvas e dos órfãos”. Agrada este sermão a Beckford, menos do que a “musicata [que] recomeçou com redobrado vigor”. Vê posteriormente passar “a procissão”, na “Rua Augusta”, em honra do Santo, que “Ressuscita os mortos, cura os doentes, aplaca o oceano só com o volver dos seus olhos” e até as mais “infames criaturas da terra são atraídas pela sua eloquência sobre-humana”, como os “peixes, “as mulas e os animais mais perversamente obstinados” (Beckford, 1988:60)

Já no dia 23 de Junho, refere o dia subsequente como o de “S. João Baptista” e a sua intenção de “ir de manhã ouvir missa à Patriarcal” (Beckford, 1988: 71). No dia 29 de Junho, dia de S. Pedro, declara que havia “grandes festas na Patriarcal, em honra do Príncipe dos Apóstolos”. Na noite anterior, o conde de Vila Nova havia aberto os “jardins à gentilha de Lisboa. Estava tudo iluminado com balões vermelhos, azuis e cor de púrpura, muitos rostos desbotados. Havia um coreto para dançar [...]” Na tarde de dia 29 de Junho “Espera-se que a Família Real apareça às janelas da Casa do Senado, e deve haver fogo-de-vista e uma grande fogueira à volta da qual os pescadores e as ninfas do Tejo dançarão o fandango [...]” (Beckford, 1988: 76).

Em 1796, sobre as festas de Santo António de Lisboa, Carrère (1989: 53) refere que:

“No dia de Santo António, chamado de Pádua embora tivesse nascido em Lisboa, realiza-se em Lisboa uma procissão em sua honra, que sai do Convento dos Franciscanos. A imagem do santo vai vestida com o hábito franciscano com galões, rendas e bordados a ouro, o que contrasta estranhamente com a ideia que se faz da humildade, da pobreza, do absoluto desinteresse por todas as coisas que a regra de S. Francisco exige daqueles que a professam. Esta imagem vai assim coberta dos mais ricos diamantes que todos estão prontos a emprestar, ou mesmo em oferecer, os seus, porque estão convictos de que os diamantes que tocarem do santo adquirem a virtude de imunizar de muitas doenças.”

Também Carl Israel Ruders, na sua *Viagem em Portugal* (1798-1802), menciona não só a festa de Santo António, mas também as de S. João Baptista e de S. Pedro (esta última ainda muito afamada em Sintra). Segundo o seu relato, percebemos que, enquanto nas procissões já mencionadas todas as classes sociais participam, comungando praticamente do mesmo espaço, nesta época e na procissão de Santo António não participam, segundo o seu relato, *nem a família real nem a alta nobreza*.

Por outro lado, apesar de Santo António ser considerado *protector* da cidade, o dia de S. João parece ser ainda, no século XIX, uma festa intensamente celebrada na capital e arredores, devido às populações das zonas agrárias/saloias que a rodeiam. Daí as imagens do(s) santo(s), tal como relata, serem levadas da cidade para os campos, para que ele(s) os abençoe. Apesar da força que têm estes três santos, no que respeita às festividades da capital, actualmente a festa de S. João continua a ocorrer com maior impacto nas cidades do Norte do País, como já referimos, enquanto a de Santo António é mais celebrada em Lisboa. Mas ouçamos o nosso viajante (Ruders, 1981: 102-104):

“A propósito de festas vou aproveitar para te falar da de Santo António [...] Este Santo [...] é o protector da capital [...] Na manhã de dia 13 de Junho – dia da sua festa – celebram-se missas com sermão em todas as igrejas e, de tarde, sai em sua honra uma imponente procissão. Nela, porém, não toma parte nem a família real nem a alta nobreza [...] Uma grande quantidade de imagens, algumas representando Santo António e a Mãe de Deus com o Redentor nos braços – estas últimas vestidas quase à moda – e a imagem grosseira de um santo preto formam os principais atractivos da procissão [...] O andor deste santo preto, de lábios grossos, era levado por negros e acompanhados por padres da mesma cor, seguidos por uma multidão de pretos e mulatos. Iam todos vestidos com seus trajes domingueiros [...] A maior parte do povo não manifestava a menor devoção à passagem do santo preto [...] Nos muros das casas, nas praças e nas ruas estendem-se velas e desenrolam-se bandeiras, formando tendas, debaixo das quais se exhibe a imagem de Santo António, cercada de luzes e flores [...] Na véspera, em frente dessas imagens, havia fogueiras a arder durante toda noite. De todos os lados se lançam foguetes e buscapés. Em certos sítios há mesmo lindos fogos de artifício. [...] o dia de S. João Baptista [...] é a solenidade que aqui [Lisboa] se festeja com maiores diversões. Já na véspera à noite se fazem fogueiras com barricadas de alcatrão em todas as ruas da cidade, assim como ao longo do rio em todas as ruas da cidade, assim como ao longo do rio, em todo o comprimento do cais e na margem da fronteira [...] Foguetes, buscapés, bombas e bichas de rabião enxameiam de todos os lados, enchendo a noite de milhares de luzes [...] os transeuntes a pé ou de carro são continuamente envolvidos por esses fogos de artifício [...] Às 4 horas da manhã do dia da festa, já o passeio público está completamente cheio de gente; mas ao povo mais mal vestido não é permitida a entrada. É de uso que as mulheres, com as suas melhores «toilettes», vão ali passear nessa madrugada [...] o jardim, apesar de público, é acessível a pessoas bem vestidas [...] Na madrugada de 29 de Junho, que é a festa de S. Pedro, reúne-se, de novo, em passeio, nesse jardim, uma grande parte dos habitantes de Lisboa, mas não tão numerosa como no dia de S. João [...] Além destas festividades há muitas outras, mas de carácter mais particular, em que as imagens dos santos são levadas processionalmente da cidade para o campo [...] Os devotos

dirigem-se aos lugares onde as solenidades ou romarias se celebram, e estas, quem quiser, pode tomá-las por empreitada [...] Nos cartazes anunciando a festa lê-se, em tais casos, o seguinte: «Haverá um combate de touros, para satisfação de todos os devotos que quiserem obsequiar as ditas imagens. [...] Algumas destas festividades comportam também mercados, como, por exemplo, a feira da Santíssima Trindade, que se realiza no domingo dessa invocação, ao lado da igreja do mesmo nome [...] No campo, estes mercados celebram-se em certos dias santos, durante o Verão [...] Entre todas as solenidades, nenhuma, porém, pode comparar-se, em pompa, à do corpo de Deus.»

Terminaremos o(s) nosso(s) relato(s), referindo uma das festas religiosas mais emblemáticas da cidade de Braga: a festa de S. João. Os primeiros registos datam de 1515, momento em que pela primeira vez a Câmara Municipal assume a sua realização, mas que agrega em si festividades mais antigas, como a *Procissão dos Santos* do mês de Junho. No S. João de Braga, aparece tradicionalmente o carro com a *Dança do Rei David*, de inspiração moçárabe, bem como a presença de *Lavradeiras* (de acordo com um remoto rito agrário), que ostentam as *Velas Votivas de Braga* (oferecidas ancestralmente a S. João pelas graças concedidas). Esta festividade foi observada pelo padre François de Tour.

O Franciscano, que seguia rumo a Santiago de Compostela, chega a Braga a 24 de Junho de 1699. Gostou das “quatro belas praças” da cidade e do “belo” altar da catedral. Afirma que a “cidade não é grande, embora seja um arcebispado”, e que esta se “inculca” “primaz das Espanhas”, embora o “bispo de Toledo” lhe dispute, segundo o seu relato, “essa primazia”. Esteve hospedado no “paço arquiépiscopal”, visto que “o senhor arcebispo” quis que ali permanecesse, com os seus companheiros de *peregrinatio*. Como era dia de “S. João Baptista”, assistiram a uma “esplêndida procissão”. Desta, faz o “relato fiel”, porque “estava na grande sacada do palácio arquiépiscopal”, que deitava para um vasto terreiro onde havia grande multidão” (Tour, 1989: 74-75).

O relato que se segue, como poderemos verificar, apresenta uma detalhada descrição, que permite uma clara visualização cénica do evento em tudo o que tem de sagrado como profano, mesmo de “pagão”, segundo palavras do franciscano, algo que não deixa de o surpreender. Tudo isto acontece apesar dos esforços do “rei” e dos “senhores bispos” para abolir estas práticas, sobretudo as “danças” “lúbricas”, “bastante diferentes das da França” (Tour, 74-77).

“Começarei por referir as mais de 100 pessoas mascaradas que ali havia, porque é costume tanto em Espanha como em Portugal fazer figurar mascarados nas procissões, Se uma religiosa deseje

pagar, na festa da sua profissão, logo terá um bando de mascarados que, com guitarras e tambores de pele de carneiro, virão dançar na igreja diante do Santíssimo Sacramento, pois sem isto a festa não seria festa. Em Lisboa, quase sempre que saía à rua, assistia a esta espécie de cerimónias. Três dos mascarados a que me refiro abrem a procissão falando indiferentemente a raparigas e mulheres porque nesta função lhes é permitido [...] Depois destes mascarados seguia um boi cujos cornos estavam enfeitados com uma fita vermelha muito larga, e a este boi seguia-se um carro puxados a bois, carregado de ramos e troncos de árvores, atrás do qual marchavam quatro gigantes, prodigiosamente altos que faziam umas partes que eram de nos fazerem rebentar a rir. Estes gigantes eram feitos de cartão e postos às costas de cada homem que, aliás, não se via. Traziam entre eles um anãozito que não media mais do que um pé de altura. Vinha depois São João Baptista no deserto, num andor onde havia repuxos de água e um menino nuzinho, de três anos pouco mais ou menos, que representava São João Baptista. Este deserto era levado por quatro homens que caminhavam ocultos, como os outros de que já falei [...] Seguiam, depois, oito pessoas mascaradas que pararam diante do palácio, o que muito me aprouve, porque nunca havia assistido a esta espécie de procissões onde participassem dançarinos mascarados. Em verdade isto tem o seu quê de pagão, contudo, nunca foi possível abolir estes costumes tão-pouco conformes com o cristianismo [...] Tanto o rei como os senhores bispos têm encontrado dificuldades para abolir as danças extremamente lúbricas, que o pudor me impede de descrever tais como me foram pintadas [...] Depois do grupo de bailarinos ter dançado e seguido o seu caminho, apareceu um pequeno andor no qual se viam dois meninos de dois ou três anos, completamente nus, representando, um, o Menino Jesus; e o outro, o pequeno João Baptista, porque este último trazia um cordeirinho vivo e segurava um leteiro que se desenrolava até ao Menino Jesus em que se lia: *ecce agnus dei*. Seguia-se-lhes um outro grupo de dançarinos em número de treze, seis dos quais vestidos de mulheres que, como os primeiros, dançaram muito bem, tocando castanholas. Era um verdadeiro prazer vê-los em suas danças bastantes diferentes das da França [...] Depois deste segundo grupo de dançarinos, vinha uma padiola [...] na qual jazia Santa Isabel [...] Vinha depois mais um grupo de bailarinos [...] todos vestidos de branco de branco e dançavam tão bem como os que os antecederam [...] Seguia depois outro andor, movido, como já descrevi, por homens, e nele se poderá ver o carrasco que já tinha cortado a cabeça a São João Baptista, apresentando-a numa mão a Herodias e que a recebia num prato e tendo na outra mão uma verdadeira espada [...] Seguia-se um cavaleiro revestido com uma couraça e empunhando uma lança, montava um belo cavalo, e representava São Jorge. Vinham em seguida duas companhias de soldados, uma de cristãos outra de mouros, comandadas cada um por um general muito bom montador [...] Chegados diante do palácio do arcebispo [...] fizeram grande vénia aos sobrinhos do senhor arcebispo porque este estava doente [...] Feitas as cortesias, os cristãos e os mouros tornaram para o combate [...] Repentinamente, vimos os cristãos e os mouros [...] batendo-se em grande confusão, mas com tal habilidade que foi maravilha não se terem ferido. Tudo isto divertia muito [...] Acabado o combate [...] puseram-se a dançar, 15 de um lado, 15 do outro, acompanhados por um concerto musical de muitos instrumentos [...] Os dançarinos cantavam vitória e durante largo tempo dançaram muito bem [...] Terminadas as danças seguiram e veio depois a cruz processional arcada por muitos padres, e assim findou esta bela e agradável procissão de São João Baptista [...]

Apesar dos três séculos que nos separam deste relato, para darmos conta da perenidade e interesse que continuou a despertar esta festividade, eis o que registam dela Ann Bridge e Susan Lowndes, na viagem que realizam a Portugal, entre 1947 e 1949 (2008: 166): “no dia de S. João, a 24 de Junho, realiza-se uma procissão única, em

que o rei David dança nas ruas rodeado pelos membros da sua corte. O papel do rei é desempenhado por um membro da mesma família, pois é um privilégio hereditário”.

Para percebermos o seu impacto no século XXI, eis o que o jornal *Correio do Minho* anunciava, em 2017:

“No próximo mês surge um dos eventos distintivos e memoráveis da cidade – as Festas de S. João (...) e muitos eventos se lhe sucederão (...) muito importantes para Braga e para os seus agentes económicos”. Já o *Correio da Manhã* anunciava, em 2017: “Um milhão de visitantes no São João de Braga” (www.cmjornal.pt/cidades/detalhe/um-milhao-de-visitantes-no-sao-joao-de-braga, consultado em 8-11-2017).

REFLEXÕES FINAIS

Essencialmente ligada às viagens de exploração marítima desde o século XV, a vida peninsular, a partir de meados do século XVI, segue paradoxalmente um rumo à margem dos países europeus, que aderiram à Reforma ou sofreram as suas consequências. Deste modo, é o viver castiço da sociedade portuguesa que se revela nos relatos de muitos dos forasteiros que nos visitaram, nos séculos XVII e XVIII, nomeadamente no que respeita à vida cultural e religiosa. Pese embora algum hiperbolismo crítico, a vida espiritual dos portugueses não parece espelhar uma devoção simples e pura, mas antes revela-se como credice, superstição ou idolatria, sobretudo perante os olhares mais reformistas.

Admiram-se os viajantes da frequência dos rituais religiosos e de como quase todos eles se transformam em motivo de festa, em mundo invertido, com *touradas*, *mascarados*, *dançarinos*, *gigantes/ gigantones*, onde a própria celebração do Carnaval parece posicionar-se em detrimento de momentos religiosos como a Quaresma, momento em que os bailes e namoros surgem aliados às procissões devocionais. Alguns visitantes estrangeiros (como Link) chegaram a considerar os bailados nas procissões como *danças lascivas*.

Uma descrição detalhada, pormenorizada, colorida, permite visualizar épocas de folgança sacro-profana, como a dos Santos Populares, sobretudo a de Santo António de Lisboa e a de S. João de Braga, esta última deixando transparecer as características ancestrais pré-católicas, que incorporam a festividade. Posteriormente, sobre a festa do Corpo de Deus, virá a deixar testemunho um dos pintores da *Geração de Orpheu* (1915), Amadeo de Souza-Cardozo, que pinta, em 1913, a *Procissão Corpus Christi* em Amarante (região de Trás-os-Montes). A procissão do *Corpus Christi*, em Lisboa,

parece fazer convergir a opinião unânime dos viajantes, que declaram ser esta a festa mais faustosa e espectacular da capital do reino. Como Ruders chama a atenção, esta celebração portuguesa seria até a mais bonita da Cristandade Católica.

Por devoção religiosa ou como folclorização da realidade e recurso turístico, muitos destas tradições e eventos religiosos estão a ser cada vez mais revitalizados. Deparamo-nos, assim, com um forte revivalismo destas práticas religiosas, que se expandem do Portugal Continental ao Insular. Esta permanência e/ou revisitação deste património abrange um trabalho conjunto entre autarquias e Igreja, e tem contribuído para desenvolver o turismo cultural e religioso. O presente estudo visou contribuir para a sua consolidação.

BIBLIOGRAFIA

Albarello, L. et Alii. (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Anselmo, A. J. (1916). Costumes Religiosos Populares – os Antigos «Autos» e «Procissões». *Terra Portuguesa, Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. Lisboa: Sebastião Pessanha, V. nº 2, 152-154.

Autor Anónimo et Alii (1989). *O Portugal de D. João V, Visto Por Três Forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2ª ed.

Beckford, W. (1988). *Diário de W. Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Bebiano, R. (1987). *D. João V, Poder e Espectáculo*. Aveiro: Livraria Estante Editora.

Bridge, A., Lowndes, S. (2009). *Duas Inglesas em Portugal. Uma viagem nos Anos 40*. Lisboa: Quidnovi.

Bryman, A. (2004). *Social Research Methods*. New York: Oxford University Press.

Carrère, J B. F. (1989). *Panorama de Lisboa de 1796* (Tradução, Prefácio e Notas de Castelo Branco Chaves). Lisboa: Biblioteca Nacional.

Chaves, C. B. (1989). Prefácio e Notas. *O Portugal de D. João V, visto por três Forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2ª ed.

Cunha, M. F. (2002). *Reforma e Contra-Reforma*. Lisboa: Quimera.

Journal of Tourism and Heritage Research (2019), vol. 2, nº 2, pp. 278-307, Leitão, I. “Entre o Portugal da contra-reforma e o Portugal contemporâneo: festividades sagradas como “profanas” e itinerários turístico-literários”

Herbert, D. (2001). Literary Places, Tourism and the Heritage of Experience. *Annals of Tourism Research*, 28 (2) (pp.312-333).

Henriques, C., Dias, F. (2016). A Flora Mediterrânica no Património Literário Camoniano: Sua Valorização Turística na Paisagem Algarvia. *International Journal of Scientific Management and Tourism*. Córdoba: iManagement & Tourism, January-March 2016. Vol.2. N. 1, pp. 319-332 (printed version).

Leitão, I. M. L. de S. R. (2014). Viajantes no Luso-Bussaco (Portugal, séculos XVII-XIX). *La Lengua Portuguesa*. Estudios Sobre Literatura y Cultura de Expresión Portuguesa (Ed. Ángel Marcos de Diós). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Leitão, F. A. R., Leitão, I. M. L. de S. R. (2017). *Jogar é Estar perto dos Deuses. A Estrutura Lúdica do Universo*. Vol. 2. Lisboa: Ed. Universidade Lusófona..

Link, H. F. (2005). *Notas de uma Viagem a Portugal e através de Espanha e França*, (Tradução de Fernando Clara). Lisboa: Biblioteca Nacional.

Murphy, J. (1998). *Viagens em Portugal* (Tradução, Prefácio e Notas de Castelo Branco Chaves). Lisboa: Livros Horizonte.

Oliveira, E. V. de (1984). *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.

Ruders, C.I. (1981). *Viagem em Portugal (1798-1802)* (Prefácio e Notas de Castelo Branco Chaves). Lisboa: Biblioteca Nacional.

Sasportes, J., Ribeiro, A. (1991). *História da Dança*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Simpson, D. A.H. (2014). *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Duncan A. H. Simpson e Edições 70.

Tour, F. de (1989), Itinerário em Portugal (1699-1700). *Portugal nos Séculos XVII & XVIII, Quatro Testemunhos* (Apresentação, Tradução e Notas de Castelo Branco Chaves). Lisboa: Lisóptima Edições.

WEBGRAFIA:

Braga prepara Procissão do Corpo de Cristo (<https://www.diocese-braga.pt/noticia/1/5357>, consultado em 8/11/2017).

Casamentos, marchas e arraiais agitam Lisboa na véspera Santo António (<https://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-06-12-Casamentos-marchas-e-arraias-agitam...> consultado em 8-11-2017)

Casamentos de Santo António, marchas e arraiais animam Lisboa (<https://www.publico.pt.2014/06/12/local/noticia/casamentos-de-santo-antonio-marchas...> consultado em 8-11-2017)

Journal of Tourism and Heritage Research (2019), vol. 2, nº 2, pp. 278-307, Leitão, I.
“Entre o Portugal da contra-reforma e o Portugal contemporâneo: festividades sagradas
como “profanas” e itinerários turístico-literários”

Corpo de Deus, 25 de Abril de 1974 (<https://arquivos.rtp.pt>, consultado em 20/12/2017)

Impacto económico da Semana Santa de Braga
(<https://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=6803> consultado em 8/11/2017)

Ocupação de hotéis de luxo do Porto supera os 90% para as festas de São João
(<https://www.rtp.pt/noticias/cultura/ocupacao-de-hotéis-de-luxo-do-porto-supera-os-90%> consultado em 8-11-2017)

Páscoa encheu Braga de visitantes (<https://www.tveuropa.pt/noticias/pascoa-encheu-braga-de-visitantes>, consultado em 8/11/2017).

Sé de Braga celebra o Corpo de Deus com três Eucaristias,
(<https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/se-de-braga-celebra-o-corpo-de-deus-com-7843249> consultado em 8-11-2017)

Patriarcado de Lisboa (<https://www.patriarcado-lisboa.pt>, consultado em 2/9/2017)

Um milhão de visitantes no São João de Braga
(<https://www.cmjornal.pt/cidades/detalhe/um-milhão-de-visitantes-no-sao-joao-de-braga>, consultado em 8-11-2017)